Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA: abordagens e análises das publicações na Revista Brasileira de Educação em Geografia no período de 2011 a 2020

Julyana Dias Duarte
julyana.diasduarte@gmail.com

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1085-9110

Mariana Medeiros Alves
marianamalves96@gmail.com

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3456-9468

RESUMO

A finalidade deste estudo é apresentar o panorama de publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação em Geografia no que tange à abordagem das políticas educacionais brasileiras e os impactos das reformas curriculares no ensino de geografia. Buscou-se entender como essas reformas são transmitidas, formuladas e analisadas pelos pesquisadores. Averiguou-se o arcabouço teórico-metodológico presente no periódico selecionado, por meio do recorte temporal do ano de criação da revista, em 2011 até o ano de 2020. Dentre as diferentes formas de análises da temática selecionada na revista, os autores convergem para a importância de uma estruturação bibliográfica e documental, para que seja possível o apontamento de conflitos teóricos e possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE

Política educacional brasileira, Políticas curriculares, Reformas curriculares, Ensino de Geografia.

BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY AND THE GEOGRAPHY CURRICULUM: approaches and analysis of the publications in the Brazilian Journal of Education in Geography from 2011 to 2020

ABSTRACT

The purpose of this study is to present the panorama of publications in the Brazilian Journal of Education in Geography regarding the approach to Brazilian educational policies and the impacts of curriculum reforms on the teaching of geography. The aim was to understand how these reforms are transmitted, formulated and analyzed by the researchers. We verified the theoretical and methodological framework present in the selected journal, through the time frame of the year the journal was created, in 2011 until 2020. Among the different forms of analysis of the theme selected in the journal, the authors converge on the importance of a bibliographic and documentary structuring, so that it is possible to point out theoretical conflicts and possible solutions.

KEYWORDS

Brazilian educational policy, Curriculum policies, Curriculum reforms, Geography teaching.

Introdução

As reformas curriculares brasileiras têm seu desenho histórico entrelaçado às mudanças institucionais, acadêmicas e ideológicas. As políticas são desenvolvidas para atender interesses populacionais e de gestões, sendo alteradas na mesma linhagem de quem encaminha as diretrizes de formulações políticas. Assim, a neutralidade sobre a perspectiva de legislação educacional e de suas reformas não é e nem foi em momento algum neutra, pois é desenvolvida por equipes que atendem agendas de interesses.

Segundo Santana Filho (2020), apesar do aumento de pesquisas sobre o ensino de Geografia em um contexto pós redemocratização brasileira, bem como sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Plano Nacional de Educação (PNE), isso não se reflete na atração pela docência e nem garante as condições necessárias para que o ensino seja efetivamente democrático num panorama de desigualdades estruturais do país, a partir da elaboração dessas regulamentações e orientações, que vem seguindo e servindo à perspectiva neoliberal.

São ressaltadas questões relevantes do ensino de Geografia influenciadas por políticas educacionais curriculares, num apontamento de tais políticas como instrumento de alienação ou até mesmo como emancipação social, dependendo da forma que são efetivamente implementadas, onde a "Geografia Escolar exerce uma função basilar no

contexto em que o Estado define o currículo como a política central ao alcance da qualidade da Educação Básica, pois esta área conduz às formações humana e cidadã" (SILVA, 2017, p. 435).

Este trabalho é um ponto de partida para as discussões acerca do tema e resgata o histórico das políticas educacionais com destaque no currículo de Geografia, produzidas e veiculadas na Revista Brasileira de Educação em Geografia entre os anos de 2011 e 2020. Nesse sentido, seu principal objetivo é a compreensão das transformações que ocorreram sobre a teoria curricular no ensino de Geografia. Assim, para possibilitar a construção do panorama histórico deste trabalho, realizou-se levantamentos na revista selecionada sobre as produções bibliográficas que abrangem o tema, com o recorte temporal do ano de criação da revista, em 2011 até 2020.

Metodologia

Para alcance dos objetivos propostos, utilizou-se procedimentos metodológicos de natureza tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que a última refere-se a tabulação dos resultados obtidos. Assim, considerou-se a pesquisa qualitativa como essencial para a construção e conceitualização acerca das discussões no que tange às reformas educacionais brasileiras, buscando entender seu desenvolvimento e impacto sobre o ensino de Geografia, para averiguação das abordagens dos artigos analisados. Para a definição metodológica considerou-se mais adequada a análise de conteúdo, que permite um aprofundamento com relação aos trabalhos averiguados.

Para Rocha e Deusdará (2005), a análise de conteúdo é a soma de técnicas de investigação das comunicações, "na verdade, trata-se da sistematização, da tentativa de conferir maior objetividade a uma atitude que conta com exemplos dispersos, mas variados, de pesquisa com textos" (p. 308).

Dessa forma, dividiu-se a pesquisa em três etapas para execução dos procedimentos metodológicos, nas quais a primeira baseia-se na construção do conhecimento sobre as reformas educacionais e seus impactos na Geografia. Compreender a conceitualização acerca do objeto de pesquisa é essencial para as discussões seguintes e para a configuração do trabalho como um todo.

A segunda etapa ocorreu por meio de pesquisas no sítio virtual da Revista Brasileira de Educação em Geografia, em que investigou-se artigos relacionados à abordagem proposta neste estudo, publicados na revista desde 2011 até 2020. As buscas

foram realizadas para mensurar quais artigos abordam a compreensão das transformações que ocorreram sobre a teoria curricular e a Geografia. Dentro do sítio da revista fez-se filtragens utilizando palavras-chaves que facilitaram a busca por trabalhos que abordavam a temática pesquisada.

As palavras-chaves foram delimitadas a partir de reflexões sobre a conceitualização da temática, com as leituras sobre as reformas educacionais e suas implicações no currículo da Geografia. Esse momento colaborou para a definição das palavras-chaves utilizadas nas buscas pelos artigos no periódico, como demonstra a figura 1.



Figura 1: Palavras-chaves
Org.: Autoras, 2022.

Na terceira etapa, a partir dos resultados gerados pelas buscas da etapa anterior, os artigos do periódico foram selecionados e organizados por ano/volume, título e autores em um quadro com colunas para comparação das publicações. Como um dos resultados, foi elaborado um gráfico para facilitar as análises.

Além disso, no quadro destinou-se uma coluna para verificar se os artigos atendiam ao assunto proposto no objetivo do presente estudo. A coluna está nomeada como “resultado satisfatório” e cabe como resposta “sim” ou “não”. Essa etapa permitiu a construção crítica em relação aos trabalhos que tratam da temática sobre as reformas das políticas educacionais e o currículo de Geografia.

Além das buscas com o auxílio das palavras-chaves para filtragem dos resultados, também foi realizada a conferência manual em cada edição do periódico. Sendo assim,

foram verificadas todas as edições disponíveis no sítio virtual de 2011 até seu último volume do ano de 2020.

Ressalta-se que para a escolha do periódico científico foram realizadas buscas em revistas de Geografia e de educação com alcance nacional. Ademais realizou-se averiguações prévias nos sítios virtuais de diversos periódicos para identificar quais se aproximavam de dispor artigos para a presente discussão. Assim, foi escolhida a Revista Brasileira de Educação em Geografia aqui analisada.

A Revista Brasileira de Educação em Geografia (ISSN: 2236-3904), é avaliada na área de geografia em Qualis B2, sendo considerada uma publicação científica independente, divulgada exclusivamente em formato eletrônico com periodicidade semestral, ou seja, duas edições por ano. Posteriormente ao recorte temporal deste estudo, foi adotado o sistema de publicação em fluxo contínuo. Ressalta-se que o lançamento do periódico foi em 2011 no XI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia - ENPEG, realizado na cidade de Goiânia-GO, no Brasil.

A partir das filtragens obteve-se o resultado de 40 trabalhos que foram publicados entre os anos 2011 e 2020 dentro da temática proposta para análise. No Quadro 1, evidenciamos que a busca satisfatória alcançou o resultado de 47,5%, o que corresponde a 19 artigos selecionados para análise, e 52,5% não satisfatória, representando 21 artigos que não contemplaram a abordagem a ser estudada. Esclarece-se que consideramos como satisfatórios artigos que além de selecionados pela filtragem das palavras-chaves, tinham abordagem articulada aos assuntos e para isso, foi necessária a leitura de todos artigos para concluir quais se enquadram nas discussões sobre reformas curriculares, políticas curriculares, ensino de Geografia e política educacional brasileira.

Quadro 1 - Periódico Científico: artigos selecionados para análise

Revista Brasileira de Educação em Geografia (ISSN 2236-3904)			
Volume/ Número/ Ano	**Artigo**	**Autores**	**Resultado Satisfatório**
V.1 N.2 (2011)	O ensino de geografia e suas composições curriculares	Rosemberg Ferracini	Não
V.1 N.2 (2011)	O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia: breves considerações sobre práticas curriculares	Lana de Souza Cavalcanti	Sim
V.2 N.3 (2012)	Docência universitária: reflexão sobre as reformas curriculares no curso de licenciatura em geografia na universidade pedagógica de Moçambique	Suzete Lourenço Buquê	Não

V.2 N.4 (2012)	Políticas de currículo e ensino de geografia: perspectivas sobre discurso, subjetividade e comunidade disciplinar	Hugo Heleno Camilo Costa	Sim
V.3 N.5 (2013)	La producción de textos escolares en chile y en brasil: relaciones entre currículum, contenidos geográficos y requerimientos técnicos	Nataly Pérez Cisternas	Sim
V.3 N.6 (2013)	(Des)encuentros de la mirada ambiental de los profesores y los alumnos en la geografía escolar: el caso del agua, desde el cine de ficción	Sandra E. Gomez	Não
V.4 N.7 (2014)	Planejamento pedagógico e realidade curricular no estágio supervisionado em geografia	Leônidas de Santana Marques, Maria C. B. Braga	Sim
V.4 N.7 (2014)	O livro didático e o ensino de geografia do brasil	Leonardo Dirceu de Azambuja	Não
V.4 N.8 (2014)	Aprendendo a ensinar através dos livros: notas sobre a natureza e a produção dos manuais para professores (Brasil e em Portugal - 1870-1970)	Vivian Batista da Silva, Rita de Cassia Gallego, Paula Perin Vicentini	Não
V.4 N.8 (2014)	As temáticas físico-naturais nos livros didáticos e no ensino de geografia	Eliana Marta Barbosa de Morais	Não
V.5 N.9 (2015)	Excursão didática e inclusão tecnológica como metodologias integradas de trabalho na produção do conhecimento escolar em geografia	Rafael Fabricio de Oliveira	Não
V.5 N.10 (2015)	O ensino de geografia na política curricular da educação básica do estado de mato grosso	Divino Batista Alves Rosa, Marilda de Oliveira Costa, Pollyana Aparecida Simão	Sim
V.5 N.10 (2015)	A política educacional dirigida à educação rural no Brasil: estudo de caso na mesorregião oeste do Paraná	Anderson Bem, Maria das Graças de Lima	Sim
V.6 N.11 (2016)	Permanências e mudanças no currículo de geografia dos anos iniciais ensino fundamental	Rafael Straforini	Sim
V.6 N.11 (2016)	Geografia e educação infantil: crianças bem educadas não respeitam alguns limites para aprender	Natália de Fátima Sá e Sérgio Luiz Miranda	Não
V.6 N.11 (2016)	La cartografía temática como recurso didáctico en los procesos de enseñanza y aprendizaje de las ciencias sociales para educación primaria	Xosé Carlos Macía Arce, Francisco Rodríguez Lestegás.	Não

V.6 N.11 (2016)	Atravessando saberes: a geograficidade da infância nos anos iniciais da educação básica	Marcio da Costa Berbat, Humberto Goulart Guimarães, Daiane Magalhães Moreira Torres	Não
V.6 N.12 (2016)	Recontextualização teórica e currículo: uma crítica ao conceito de hibridismo a partir do currículo paulista de geografia	Juan Lomardo, Antonio Fernando Gouvêa da Silva	Sim
V.7 N.13 (2017)	A pedagogia das competências e o ensino de geografia	Carlos Thiago Gomes Sampaio	Sim
V.7 N.13 (2017)	Questões que perpassam o ensino de geografia com as proposições da base nacional comum curricular	Alcinéia de Souza Silva	Sim
V.7 N.13 (2017)	Situação didática: a linguagem cartográfica no ensino de geografia - possibilidades para a construção de aulas	Waldiney Gomes Aguiar	Não
V.7 N.13 (2017)	Enseñanza y aprendizaje de la geografia para el siglo XXI	Comissão Editorial RBEG	Não
V.7 N.13 (2017)	O conhecimento local em face do enem: as implicações no ensino de geografia do Piauí	Aline Camilo Barbosa e Josélia Saraiva Silva	Não
V.7 N.14 (2017)	Concepções de ensino de geografia nas primeiras décadas do século xx no Brasil e na Argentina	Eduardo Donizeti Girotto	Sim
V.7 N.14 (2017)	Formação docente em geografia e a estrutura curricular: o curso de graduação do campus Catalão/UFG	Robson Alves Santos	Não
V.7 N.14 (2017)	Currículo de geografia em sala de aula: relações de mediação e construções de aprendizagens significativas em geomorfologia na formação inicial	Carla Juscélia de Oliveira Souza, Eni de Faria Sena	Sim
V.7 N.14 (2017)	Cinema e ensino de geografia: o uso do filme rio 2 em sala de aula - uma proposta didática para além das paisagens	Felipe Santos Silva,Genilda Maria da Silva e Ricardo Santos de Almeida	Não
V.8 N.15 (2018)	Flexibilização como princípio curricular da formação de professores de geografia	Lucineide Mendes Pires, Lana de Souza Cavalcanti	Não
V.8 N.15 (2018)	Análisis del currículo español: perspectiva desde la geografía y su didáctica	Alfonso García de la Vega	Não
V.8 N.15 (2018)	Ensino de geografia e geografia humanista: aproximações a partir da teoria paulofreiriana e dos parâmetros curriculares nacionais de geografia	Rodrigo Capelle Suess, Cristina Maria Costa Leite	Não

V.8 N.16 (2018)	Docência em geografia da saúde no ensino médio dos colégios estaduais de curitiba/pr: características, análise e proposições	Ramon de Oliveira Bieco Braga, Ana Maria Muratori, Denecir de Almeida Dutra	Não
V.9 N.17 (2019)	A contribuição do ensino de geografia na educação para os riscos e os currículos escolares	Junimar José Américo de Oliveira, Cristiane Cardoso	Sim
V.9 N.17 (2019)	Teoria curricular e geografia: convites à reflexão sobre a BNCC	Hugo Heleno Camilo Costa [et al]l.	Sim
V.9 N.18 (2019)	A disciplina de geografia e o discurso competente na terceira versão da base nacional comum curricular	Lidiane Rebouças Santos	Sim
V.10 N.19 (2020)	"Seríamos a política que criticamos?": a interlocução do povo da geografia na produção da BNCC	Hugo Heleno Camilo Costa	Sim
V.10 N.19 (2020)	Implicações das políticas educacionais recentes para os professores e formadores de professores de geografia	Manoel Martins de Santana Filho	Sim
V.10 N.19 (2020)	A base nacional comum curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar: Desdobramentos na formação docente	Valéria de Oliveira Roque Ascenção	Sim
V.10 N.19 (2020)	Múltiplas linguagens na produção do saber geográfico escolar	Clayton Jose Budin	Não
V.10 N. 20 (2020)	O estudo das águas na formação de professores de Geografia em face da base nacional comum curricular no Brasil	Anny Catarina Nobre de Souza e Andreza Tacyana Felix Carvalho	Não
V.10 N. 20 (2020)	Controvérsias sobre o currículo da geografia escolar: as comunidades científicas paulista e carioca em debate (1931-1935)	Thiago Manhães Cabral e Rafael Straforini	Sim

Org.: Autoras, 2022.

Como consta na revista, a mesma foi desenvolvida como um espaço para divulgação de produções de artigos científicos que abarcam práticas educativas, artigos inéditos, dossiês, resultados de pesquisa acadêmico científicas, reflexões e práticas docentes sobre Educação em Geografia. O periódico totalizava 10 volumes e 20 números no momento em que foi realizada a investigação. Como exposto pelo quadro 1, a pesquisa trabalha com a totalidade dos artigos encontrados no período. Dessa forma, foi

possível exemplificar as buscas e os resultados obtidos, dentre os quais aqueles que se mostraram satisfatórios foram analisados e discutidos no decorrer do presente trabalho.

Estudo em diferentes escalas na perspectiva das políticas curriculares

A inquietação em entender a construção e a consolidação das políticas curriculares nacionais que impactam diferentes localidades em diferentes escalas é sinalizada em uma vertente com estudos de casos e traços críticos que não deixam de considerar o local e suas especificidades em detrimento do todo.

Roque Ascenção (2020), em seu artigo "A base nacional comum curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar: desdobramentos na formação docente", busca dialogar com os desafios do conhecimento geográfico pela atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua prática docente. A autora traz o debate de teorias que são opostas, mas que de certa forma, dialogam entre si. Utiliza autores como Chervel (1991), Bernstein (1996) e Young (2007, 2011), além de suas próprias reflexões e de Valadão (2018). Nesse sentido, pontua sobre a construção curricular: "a ideia do currículo como um campo socialmente, culturalmente, historicamente construído e permeado por interesses de poder está presente no debate curricular, minimamente, desde 1971" (ROQUE ASCENSÃO, 2020, p. 177).

Para Roque Ascensão se faz necessária a defesa do currículo nacional, em que "não existe contradição entre democracia, justiça social e aquisição de conhecimentos social e historicamente construídos" (2020, p. 180). Em menção às críticas realizadas pela sociologia há 50 anos sobre a negatividade da escolaridade, deixa claro que de nada favorece a ascensão da classe trabalhadora aos níveis educacionais mais elevados, já que as mesmas críticas não trouxeram propostas efetivas para o processo de democratização das escolas. Nessa perspectiva, complementa a visão de Young (2007), de que o conhecimento não advém do contexto, mas sim de sua compreensão. Como aponta:

> [...] junto com a ideia de Raciocínio Geográfico, o "ovo de Colombo" da BNCC Geografia, apresenta-se a proposição de um ensino que se estabeleça a partir da definição de uma situação geográfica! Esta, em minha interpretação, a grande oportunidade que a BNCC oferece à ruptura com um ensino factual, que se limita a informação sobre componentes espaciais (YOUNG, 2007, apud ROQUE ASCENSÃO, 2020, p. 186).

Em seu artigo, Santos (2019), discute a BNCC em sua última versão homologada em dezembro de 2017, buscando preencher lacunas e refletir sobre o momento histórico

da educação brasileira, enfocando o ensino de Geografia, ao retomar discussões acerca das ideias dos autores, com a análise do discurso implícito na BNCC e outros documentos curriculares.

No que tange a área curricular de Geografia, a autora inicia com a necessidade de participação de múltiplos sujeitos, apesar do fato das considerações feitas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros nas consultas públicas das duas primeiras versões da BNCC não terem sido consideradas na versão final. De acordo com a autora:

> Ao explorar a base curricular é importante considerar o cenário no qual este está sendo formatado, o panorama político, econômico e cultural são, de certa forma, incorporados a esse documento (SANTOS, 2019, p. 34).

Na linha de pesquisa da pedagogia das competências e as implicações à Geografia, Sampaio (2017) discorre seu objetivo de apresentar como vem sendo estabelecida tal pedagogia no Brasil e suas implicações para o ensino de Geografia. Segundo o autor, a institucionalização da pedagogia das competências ocorre por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9394/96 e pelo Decreto n° 2.208/97, promovendo o desmembramento da educação profissional da educação básica. Sampaio salienta:

> Vemos, assim, que a pedagogia das competências é a concepção que orienta a formação dos sujeitos para a sociabilidade capitalista contemporânea, que brota da ideologia da "sociedade do conhecimento". No Brasil, ainda que a implementação dessa concepção no plano curricular tenha se iniciado pela educação profissional, ela tendeu a se alastrar por todas as etapas da educação básica e, especialmente, para o ensino médio, tornando a formação flexível, a principal finalidade da educação (SAMPAIO, 2017, p. 349).

A crítica do autor transpassa a educação e o ensino, sendo que as contradições são intrínsecas no tocante à organização pedagógica relacionadas às tendências econômicas. Assim, afirma que o ensino de Geografia está submisso às origens das finalidades da pedagogia das competências (SAMPAIO, 2017).

Reconhecendo esse subtítulo para exposição especificamente de estudos de casos, temos Rosa [et al] (2015), que trabalha especificamente com Orientações Curriculares (OCs) da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Sua explanação é apresentada concomitantemente ao que vivenciou na construção das OCs, pontuando traços importantes sobre esse processo, na medida em que as pondera com críticas para além da escala estadual, em direção a uma escala nacional. Similarmente, a autora segue enfocando que as orientações curriculares se vinculam à realidade econômica, histórica,

política e social do momento de sua elaboração, as quais refletiram em elementos normativos para a organização do ensino brasileiro.

Sujeito político e a construção das políticas curriculares

Para Costa (2012), a construção das políticas curriculares se dá ao passo que os sujeitos estão inseridos, condicionados ou sensibilizados com demandas sociais. Pensando no currículo de geografia como construção cultural, há uma inviabilidade ou dificuldade em acarretar questões de identidades. Utiliza-se as reflexões de autores como Lopes e Macedo (2011), Goodson (1993, 1997) e Ernesto Laclau (2006, 2011) para compreender as discussões teóricas e conceitualizações sobre o tema em questão, apontando a corrente crítica e estrutural do currículo.

> A constituição dos sujeitos como membros de uma comunidade disciplinar, e o que os leva a tal envolvimento, diz respeito às lutas políticas travadas, ao modo como em dado momento o fenômeno social disciplina se apresenta traduzível, pertinente e possível à determinada identidade diferencial. O modo como uma perspectiva disciplinar se apresenta passível à leitura em dado con(texto), é resultado de articulações hegemônicas de determinada cadeia equivalencial (COSTA, 2012, p. 165).

Essa discussão é reafirmada por Straforini (2016), que explicita as mudanças curriculares como parte do processo de condições e correlações da formulação curricular, destacando a mudança do currículo simultaneamente relacionada à produção.

No mesmo viés de análise, discussões com enfoque curricular pós-estruturalista abordados por Straforini (2016), Lomardo e Silva (2016), Costa (2012), buscam romper com a bipolarização da leitura das políticas curriculares. Straforini (2016), trabalha na perspectiva da leitura crítica dos documentos curriculares produzidos nos níveis estaduais e municipais, no caso de São Paulo e Campinas, respectivamente.

Ao encontro do pós-estruturalismo temos a contribuição à crítica do hibridismo curricular presente no texto de Lomardo e Silva (2016). Os autores discutem a recontextualização teórica e o currículo a partir da análise ao currículo base de geografia do ensino médio na rede estadual de São Paulo.

Segundo os autores supracitados, na construção do currículo, o apoio no referencial teórico pode resultar na legitimação de modelos para o desenvolvimento de políticas públicas em educação, se estendendo a caminhos de opressão cultural e econômica, como o caso analisado pelos autores. Na prática, isso é explicado pelo enxugamento de gastos, que perpassa pela qualidade da educação, atrelado com a

reforma curricular e do ensino, tendo como consequência a precarização da rede pública de ensino (LOMARDO, SILVA, 2016).

Segundo Santana Filho (2020), além de sustentar críticas à LDB e ao PNE, enfatiza como tais diretrizes servem à perspectiva neoliberal, fugindo da realidade brasileira de desigualdades estruturais, que se distancia do ideário do ensino que seja efetivamente democrático. Dessa forma, o autor coloca em debate algumas definições da política educacional. Assim, para o autor:

> O que se conhece dos mecanismos da política educacional, em termos das comunidades educacional e geográfica, é muito pouco se considerarmos a gravidade do que está a acontecer no Brasil, em especial no que tange à escola pública. Dentro dessa perspectiva, ressalta os interesses e ações de grandes grupos de escala internacional, bem como influências políticas que desconhecem a realidade brasileira da educação pública (SANTANA FILHO, 2020, p. 155).

Nesse contexto, Silva (2017) ressalta sobre a construção da BNCC com teor crítico e reflexivo:

> Em termos gerais, este mecanismo é permeado por um campo de forças conflituosas em que as relações de poder são evidenciadas, sendo caracterizado como instrumento de alienação ou mesmo de emancipação social, a depender da forma de sua implementação (SILVA, 2017, p. 419).

Cabral e Straforini (2020), na tentativa de resgatar o debate curricular da Geografia escolar entre as comunidades acadêmicas de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1930, por meio da análise da Reforma Francisco Campos e da proposta curricular paulista, em três pilares: recomendações pedagógicas, organização seriada dos conteúdos e recomendações à prática escolar. Para os autores, "reside na Geografia Escolar os primeiros movimentos de disputas políticas que viriam a atuar no processo de institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil" (2020, p. 77). Utilizam-se de autores como Laclau, Goodson (1990, 1997) e Bardin (2011) como aporte teórico-metodológico e reforçam:

> Portanto, tradição escolar e currículo da geografia na escola são aqui pensados como bases de legitimação social, política e científica de um grupo acadêmico específico que busque afirmar seus princípios de cientificidade, assim como ratificar seus critérios de validação da prova científica e do conhecimento a ser ensinado na escola (CABRAL, STRAFORINI, 2020, p. 78).

Costa (2020), defende que o aumento do diálogo entre as matrizes curriculares na Geografia, alavanca discussões e interpretações no que tange a produção de políticas de currículo, bem como sua ampliação. Entretanto, o autor afirma:

> Deste modo, compreendo que não só a formulação de um documento nacional não é a totalidade da política curricular, como as produções que, porventura, interagem com sua elaboração não podem ser culpadas ou inocentadas (COSTA, 2020, p. 127).

O autor aborda duas dinâmicas de constituição da BNCC: uma que não qualifica o debate com as demandas sociais, afastando-se das produções científicas e outra em que há algo a ser combatido no cotidiano escolar (COSTA, 2020). Para isso utiliza autores como Costa, Rodrigues e Stribel (2019), Lopes (2011), Macedo (2017), Miler (2014), Laclau (2011), Goodson (1993, 1997), fazendo um resgate de discussões. Nesse sentido, defende maior aproximação aos estudos curriculares na pesquisa da educação em Geografia, incorporando aportes pós-estruturais e pós-funcionais, como estratégia para compreensão da construção política em torno da BNCC. Assim, evidencia:

> Desta abordagem, chamo a atenção para a reincidência da defesa à primazia a visões cientificistas e/ou de subordinação da escola a decisões tomadas em um contexto especializado. Tais leituras podem levar à compreensão da escola como espaço em que nada é produzido ou o que se faz é desprezível (COSTA, 2020, p. 149).

Por fim, Costa (2020, p. 150) traz um questionamento destacando se "seríamos os produtores da política que criticamos?", em um tom provocativo nos convoca para uma reflexão de como o comportamento e as interações nas formulações das políticas curriculares podem ser direcionadas de distintas formas a depender da intenção e influência dos sujeitos envolvidos em sua elaboração e até mesmo em sua execução. Nesse sentido, o autor retoma a defensiva da base curricular ser um aprisionamento ao mesmo passo que pode ser uma ampliação das perspectivas de ensino que se critica com o pós-estruturalismo. Já que toda política pública surge de uma demanda social ou de interesses políticos, que por vezes, não consideram a real necessidade da sociedade e sim de uma parcela minoritária que usufrui de benefícios incomuns ao restante da camada popular brasileira.

Planejamento, currículo e o ensino de Geografia

As críticas em relação ao planejamento pedagógico e suas problemáticas a partir do currículo de Geografia é posto por Marques e Braga (2014), no tocante à reflexão dos discentes em formação de licenciatura visualizarem esse planejamento sem suas essências. Caracteriza-se meramente como um preenchimento formal de formulário e afins, e não como parte fundamental para se entender em sala de aula, com as possibilidades de mudanças que podem ser propostas na prática docente.

Marques e Braga (2014), articulam os debates acerca do planejamento pedagógico e das interações curriculares. Referências como Pimenta (1997), Lopes (2010), Freire (2002), Vasconcellos (2009) e Saviani (1996) estão presentes no artigo. As autoras propõem uma profunda reflexão a partir das ideias de planejamento e em um estudo de caso, que destrincha como essa etapa é realizada pelos professores de Geografia em um colégio no período noturno no município de Feira de Santana, na Bahia, evidenciando problemáticas sobre as condições dos alunos e professores ao estruturar e aplicar os planejamentos.

Na mesma direção, Rosa [et al] (2015) configuram um espaço de críticas indicando problemáticas na formulação e na execução das políticas curriculares. Para os autores, trabalhar as orientações curriculares em um contexto estadual, apresenta um posicionamento interessante referente à configuração das políticas públicas:

> O processo de regulação das políticas públicas no Brasil voltadas para a educação foi gestado na estrutura de um Estado que resume as reformas neoconservadoras, as quais estão em curso em diversos países, em todos os continentes, embora não com a mesma intensidade. Esse processo de reforma educacional, ainda em curso, teve início no contexto de ampliação da abertura econômica do Brasil na década de 1990, ou seja, no contexto de expansão do neoliberalismo e globalização da economia (ROSA [et al] 2015, p. 39).

Tratando dos currículos e conteúdos geográficos do Chile e do Brasil, Pérez Cisternas (2013), os relaciona considerando o desenvolvimento desses processos, bem como suas semelhanças e diferenças. Diferentemente do contexto chileno, que não tem a Geografia como disciplina independente, mas sim associada à História e Ciências Sociais, o Brasil desde a segunda metade da década de 1990, tem como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para educação básica, que foi regulamentada em conjunto com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio. No Chile, somente a partir de 2009, com a atualização curricular, que os conteúdos foram separados.

Em uma perspectiva de estudo de caso de países da América Latina, Girotto (2017) apresenta um trabalho centrado na análise teórica conceitual da Geografia no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. O pesquisador traça uma análise contrapondo pontos comuns e divergentes entre as concepções dos dois países, pautado em referenciais teóricos brasileiros e argentinos. Conclui-se que as concepções do ensino de Geografia em análise, decorre das "mudanças ocorridas no interior do campo deste conhecimento científico; do outro, como resultado das mudanças nas concepções de educação, com forte influência dos ideais escolanovistas" (GIROTTO, 2017, p. 63).

De modo geral, o autor traça o debate entre grandes referenciais teóricos que consolidaram a Geografia e influenciaram seu ensino em ambos países, mas no tocante a proposta de busca deste artigo, não se faz uma discussão central a respeito de políticas curriculares e currículo de Geografia.

Outra discussão que destaca a importância das diferentes filiações teóricas dos currículos e do ensino para o debate curricular da Geografia, deixa claro que não é possível uma revisão teórica, apesar de apontar que os conflitos teóricos são válidos para a construção de respostas provisórias (COSTA, RODRIGUES, STRIBEL, 2019). Segundo os autores supracitados, a reunião dessas leituras definitivamente não são a solução:

> [...] a perspectiva de que a BNCC, como toda construção discursiva, se constitui em resposta/oposição a algo a ser combatido, finalizamos ponderando a proposta como um movimento que visa limitar a produção escolar, acadêmica. Contra a escola, os que a produzem e o que pode ser produzido nela, o debate social (COSTA, RODRIGUES, STRIBEL, 2019, p. 107).

Em seu artigo "Lugar como espacialidade na formação do professor de Geografia: breves considerações sobre práticas curriculares", Cavalcanti (2011) destaca a elaboração de importantes políticas e diretrizes nos anos 2000 para a formação de professores do ensino básico, bem como sua prática profissional. No panorama nacional, destaca a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996; as resoluções do Conselho Nacional de Educação, de 2002 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Geografia, de 2001. A autora nos remete a essas políticas de caráter mercadológico, na preocupação com resultados e eficiência. Pontuado como discussão pertinente, Cavalcanti (2011) traz a perspectiva:

> [...] investir na problematização da Geografia escolar como um eixo comum às disciplinas de todo o curso de formação pode resultar em boa efetivação da meta de construção de conhecimentos geográficos mais significativos para o professor de Geografia, o que por sua vez lhe dará mais competência para atender às demandas de sua atividade profissional (CAVALVANTI, 2011, p. 9).

Relacionado ao ensino de Geografia e às diferenças curriculares, Souza e Sena (2017), analisaram as dificuldades dos discentes de licenciatura em Geografia em face de conteúdos da disciplina de geomorfologia, focalizando a prática dos futuros docentes com os limites e possibilidades de concretização do currículo real. Assim, as pesquisadoras pontuam críticas sobre o currículo e o ensino de Geografia que indagam as discussões por elas propostas:

> O tradicional distanciamento entre as áreas de conhecimento específico e pedagógico, presente na formação inicial do profissional docente, e a ausência de discussões sobre currículo em sala de aula por meio do diálogo com estudo de casos reais, motivaram, assim, o desejo por realizar tais discussões (SOUZA, SENA, 2017, p. 70).

A partir dessa provocação traz à tona a reflexão sobre como tem-se trabalhado essas discussões na formação dos docentes para a atuação em sala de aula e qual alcance do entendimento ao que se refere da importância do aprimoramento para além das práticas previstas nos currículos.

É apresentado por Bem e Lima (2015), o viés da política educacional ao rural. O debate proposto pela autora, enfoca a Mesorregião do Oeste do Paraná numa retomada do contexto histórico para estruturar a discussão em âmbito regional. A autora reconhece dois estágios da educação rural, a primeira voltada às grandes propriedades com extensão das escolas técnicas agrícolas e a segunda, a pequena propriedade com a chamada escola dos "mínimos", que abarca o transporte escolar que direciona o aluno da zona rural para as escolas da zona urbana, contribuindo assim, para a descaracterização do espaço de educação e da política curricular.

Entrando nas questões sobre as perspectivas curriculares e a educação de riscos, Oliveira e Cardoso (2019), discutem que o Brasil não possui política educacional direcionada à educação de riscos. Essas discussões quando presentes, estão inseridas principalmente nos conteúdos de Ciências Naturais e Ciências Humanas, "sendo trabalhadas em atividades curriculares, [...] co-curriculares [...] e atividades extracurriculares: abordagem de evento especial" (OLIVEIRA, CARDOSO, 2019, p. 77) .

Alguns pontos foram estabelecidos na legislação direcionada aos currículos ou diretrizes básicas da educação que estão correlatas à educação de riscos. Porém, a grande crítica dos autores está na falta de política específica a respeito da temática e seu impacto de relevância para a construção da comunidade escolar.

Para finalizar esse subtítulo, ressaltamos que o foco desta análise, segue na tentativa de entender quais são as diretrizes das abordagens sobre os currículos e suas alterações, bem como de que forma essas reformas são transmitidas, formuladas e analisadas pelos pesquisadores. Dessas análises trabalhadas no decorrer do artigo extraímos um gráfico com as publicações anuais que foram analisadas.

O gráfico 1 traz o recorte das 19 publicações tida como satisfatórias, ou seja, que atendem a filtragem estabelecida sobre artigos que discorrem a respeito das reformas curriculares brasileiras e o impacto na Geografia.

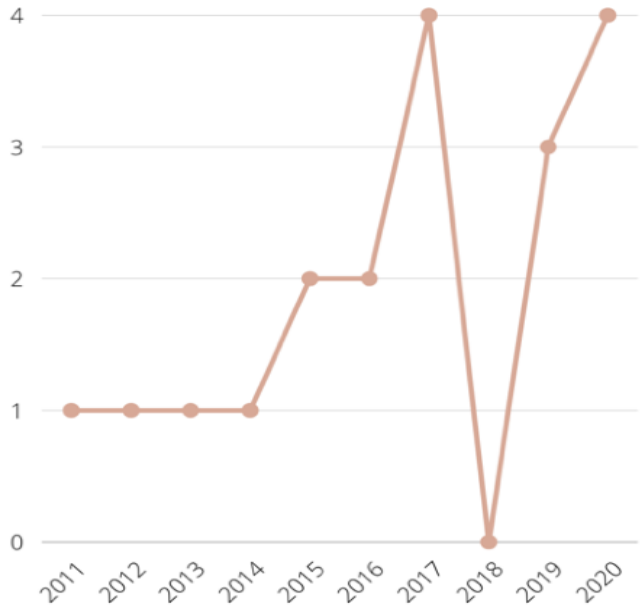

Gráfico 1 - Publicações analisadas de 2011 até 2020
Org.: Autoras, 2022.

Como verifica-se no gráfico 1, o ano que apresentou mais publicações da temática abordada nesta análise foi o ano de 2017. Esse ano, antecede a homologação da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ocorreu em 2018, o que pode orientar a observação do primeiro pico do percentual de publicações abordando o tema, já que foram abertas discussões para elaboração do texto final. Os anos apresentam uma média comum de número de publicações na revista em análise, a exemplo, temos o registro de 1 artigo publicado a cada ano entre 2011 e 2016 dentro do recorte de interesse traçado no presente trabalho. Em 2017, como já mencionado, houve um pico de publicações, com 4 artigos na referida revista.

Em 2018 não houveram publicações da temática posta em questão, não significando uma pausa na produção de artigos que versam sobre este tema, mas sim,

que não abarcavam a filtragem realizada dentro do que foi proposto nesse estudo. Em 2019 esse número estabiliza-se em 3 publicações e posteriormente, em 2020, tem-se o segundo pico do percentual de publicações, com 4 publicações, relacionando-se ao ano limite para que de fato os novos currículos fossem adequados à BNCC. Se faz necessário evidenciar que este artigo foi elaborado no contexto da pandemia da COVID-19, o que traz à tona um possível debate sobre perspectivas futuras que englobam os componentes curriculares, já que o ensino em todas as suas escalas sofreu adaptações pela implementação do ensino remoto emergencial.

Considerações finais

Levando em consideração que as reformas educacionais seguem as influências do momento histórico e político em que se dão, não podemos deixar de mencionar que a configuração e até mesmo a execução de políticas públicas acompanham os interesses de quem as formula. Por isso, pensá-las é verificar também as nuances e disputas de interesses no âmbito político.

Os debates acerca das políticas curriculares e do currículo de Geografia, trazem o panorama das reformas curriculares que alteraram a configuração de currículos, implicando em modificações no cotidiano escolar. Por isso, investigar como a temática tem sido abordada é relevante, para verificar como os docentes e discentes de Geografia enxergam essas mudanças e como essas políticas impactam o ensino de Geografia. Acrescentando também como necessária a discussão sobre questões de desigualdades sociais, pautas identitárias, entre outras demandas sociais que possibilitam o ensino de Geografia em entrelaço com problemáticas cotidianas.

A filtragem nas buscas pelas publicações resultou em 19 artigos classificados como satisfatórios no quesito da análise proposta. A qual mostrou-se instrumento facilitador que permite fazer um recorte de análise dentre tantos artigos publicados na revista.

Essa manobra permite entender no periódico como as especificidades são trabalhadas em contato com as políticas curriculares nacionais e como essas estão sendo impactadas, mensuradas através das discussões presentes nos 19 artigos satisfatórios dentre os 40 artigos selecionados. Os estudos analisados têm suas discussões amparadas em escala nacional, especificando de modo geral os impactos nacionais pela análise de políticas curriculares correspondentes a esta escala. Expondo positiva perspectiva da

abordagem de políticas curriculares em âmbito nacional e também sua influência em distintas escalas.

As publicações analisadas foram formuladas a partir de técnicas pautadas em análise documental de legislações e orientações curriculares da educação brasileira, bem como na construção de referencial teórico a partir da leitura de notáveis pesquisadores e pesquisadoras que abordam estudos sobre políticas curriculares, currículo de Geografia, ensino de Geografia e temas afins.

Ao longo das análises dos artigos fica evidente a importância da criticidade das políticas curriculares atreladas ao ensino de Geografia e como a leitura das legislações avançam na construção de questionamentos sobre o que cabe ao ensino de Geografia investigar, sobre o que cabe às reformas educacionais e suas propensões estabelecidas ao longo da história do país e dos currículos bases da educação.

Carecendo ressaltar que mesmo sendo um campo novo de análise, a política educacional brasileira e o currículo de Geografia assumem relevância e urgência por novos estudos na área, de maneira a contribuir para a compreensão de uma totalidade, apontando as falhas nos caminhos trilhados por meio de políticas reformistas que alteraram diretrizes e currículos nacionais, muitas vezes sem considerar as particularidades regionais e locais da educação. As abordagens e análises demonstradas aqui, evidenciam a contribuição da criticidade encontrada na Geografia escolar ao analisar diversos panoramas das políticas educacionais brasileiras, na tentativa de aproximação do ideal de uma democratização do ensino do país.

Referências Bibliográficas

BEM, Anderson; LIMA, Maria das Graças de. A política educacional dirigida à educação rural no Brasil: estudo de caso na Mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 5, n. 10, p. 54–75, 2015. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/270. Acesso em: 10 out. 2020.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle.** Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n° 2.208/97, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasil: Congresso Nacional, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

CABRAL, Thiago Manhães; STRAFORINI, Rafael. Controvérsias sobre o currículo da geografia escolar: as comunidades científicas paulista e carioca em debate (1931-1935). **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 10, n. 20, p. 72–101, 2020. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/942. Acesso em: 13 dez. 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia: breves considerações sobre práticas curriculares. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 1–18, 2011. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/39. Acesso em: 13 nov. 2020.

CHERVEL, André. Historia de las disciplinas escolares. Reflexiones sobre un campo de investigación. **Revista de Educación**, n. 295, p. 59-111, 1991.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. Políticas de currículo e ensino de geografia: perspectivas sobre discurso, subjetividade e comunidade disciplinar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 150–172, 2012. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/85. Acesso em: 12 out. 2020.

COSTA, Hugo Heleno Camilo; RODRIGUES, Phelipe Florez; STRIBEL, Guilherme Pereira. Teoria curricular e geografia: convites à reflexão sobre a BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 17, p. 86–108, 2019. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/578. Acesso em: 12 out. 2020.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. "Seríamos a política que criticamos?": a interlocução do povo da Geografia na produção da BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. 125–152, 2020. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/913. Acesso em: 15 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Concepções de ensino de geografia nas primeiras décadas do século XX no Brasil e na Argentina. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 7, n. 14, p. 44–66, 2017. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/440. Acesso em: 20 out. 2020.

GOODSON, Ivor. **School subjects and curriculum change.** Londres: The Falmer Press, 1993.

GOODSON, Ivor. **A Construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. *In:* AMARAL, Aécio Júnior; BURITY, Joanildo (Org). **Inclusão social, identidade e diferença perspectiva pós-estruturalista de análise social.** São Paulo: Anna Blume, 2006.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Claudivan Sanches**. O professor de Geografia e os saberes profissionais: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade.** 2010. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOMARDO, Juan; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. Recontextualização teórica e currículo: uma crítica ao conceito de hibridismo a partir do currículo paulista de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 6, n. 12, p. 99–113, 2016. Disponível em: http://

www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/400. Acesso em: 23 out. 2020.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar?: Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 17, p. 539-554, 2017.

MARQUES, Leônidas de Santana; BRAGA, Maria Cleonice Barbosa. Planejamento pedagógico e realidade curricular no estágio supervisionado em Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 4, n. 7, p. 70–84, 2014. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/147. Acesso em: 23 out. 2020.

MILLER, Janet. Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. In: **Revista e Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 2043-2063 out./dez., 2014.

OLIVEIRA, Junimar José Américo de; CARDOSO, Cristiane. A contribuição do ensino de Geografia na educação para os riscos e os currículos escolares. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 17, p. 68–85, 2019. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/565. Acesso em: 1 nov. 2020.

PÉREZ CISTERNAS, Nataly. La Producción de textos escolares en Chile y en Brasil: relaciones entre currículum, contenidos geográficos y requerimientos técnicos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 3, n. 5, p. 119–146, 2013. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/93. Acesso em: 3 nov. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. **Nuances**, vol. III, set. 1997.

ROCHA, Décio & DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7 n. 2, p. 305-322, jul./dez., 2005.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. A base nacional comum curricular e a produção de práticas pedagógicas para a Geografia escolar: desdobramentos na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. 173–197, 2020. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/915. Acesso em: 5 nov. 2020.

ROSA, Divino Batista Alves; COSTA, Marilda de Oliveira; SIMÃO, Pollyana Aparecida. O ensino de geografia na política curricular da educação Básica do estado de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 5, n. 10, p. 32–53, 2015. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/297. Acesso em: 10 nov. 2020.

SAMPAIO, Carlos Thiago Gomes. A pedagogia das competências e o ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 7, n. 13, p. 343–358, 2017. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/365. Acesso em: 12 nov. 2020.

SANTANA FILHO, Manoel Martins de. Implicações das políticas educacionais recentes para os professores e formadores de professores de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. 153–172, 2020. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/914. Acesso em: 15 nov. 2020.

SANTOS, Lidiane Rebouças. A disciplina de Geografia e o discurso competente na terceira versão da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 18, p. 20–36, 2019. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/673. Acesso em: 17 nov. 2020.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira; SENA, Eni de Faria. Currículo de Geografia em sala de aula: relações de mediação e construções de aprendizagens significativas em geomorfologia na formação inicial. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 7, n. 14, p. 67–84, 2017.

Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/421. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Alcinéia de Souza. Questões que perpassam o ensino de geografia com as proposições da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 7, n. 13, p. 417–437, 2017. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/393. Acesso em: 22 nov. 2020.

STRAFORINI, Rafael. Permanências e mudanças no currículo de geografia dos anos iniciais ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, *[S. l.]*, v. 6, n. 11, p. 160–184, 2016. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/377. Acesso em: 1 dez. 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 19ª ed. São Paulo: Libertad, 2009.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez., 2007. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002. Acesso em: 25 set. 2020.

YOUNG, Michael. O Futuro da educação em uma sociedade de conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas**. Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 609-623, set/dez., 2011.

Recebido em 08 de junho de 2021.

Aceito para publicação em 10 de junho de 2022.